

Marcelo Bretas acolhe pedido de transferência de Sérgio Cabral para presídio federal

Pedido foi feito pelo Ministério Público Federal (MPF) em interrogatório com discussões ásperas entre ex-governador e o juiz. “Representa alguma ameaça velada?”, perguntou.

O juiz Marcelo Bretas acolheu, nesta segunda-feira (23), o pedido de transferência do ex-governador Sérgio Cabral (PMDB) para um presídio federal, feito pelo Ministério Público Federal (MPF) durante o interrogatório do político. A defesa deve entrar com um habeas corpus no Tribunal Regional Federal 2 (TRF-2) ainda nesta segunda.

O depoimento foi sobre a compra de joias para a ex-primeira dama Adriana Ancelmo com dinheiro de propina, segundo o MPF. O ex-governador citou supostos negócios da família do juiz no ramo de bijuterias, além da concretização da delação de Renato Pereira (ex-marqueteiro do PMDB) e informações do andamento do processo.

“Durante o interrogatório do senhor Sérgio Cabral, ele mencionou expressamente que, na prisão, recebe informações inclusive da família desse magistrado, o que denota que prisão no Rio não tem sido suficiente para afastar o réu de situações que possam impactar nesse processo”, afirmou o procurador Sérgio Pinel.

Bretas acolheu o pedido, afirmando que este tipo de declaração é incomum.

“Será que representa alguma ameaça velada? Não sei, mas fato é que é inusual”, questionou.

“É no mínimo inusitado que ele venha aqui trazer a juízo, numa

audiência gravada, a informação de que recebe ou acompanha a rotina da família do magistrado. Deixa a informação de que apesar de toda a rigidez (do presídio no Rio), que imagino que haja, aparentemente tem acesso privilegiado a informações que talvez não devesse ter”, disse o juiz.

O advogado Rodrigo Rocca, que defende o ex-governador, criticou a decisão. Ele afirmou que não houve nenhuma ameaça por parte de Cabral.

“Se meus familiares mexem com pastel ou outro ramo não tem importância alguma para criar embaraço à Vossa Excelência ou a quem quer que seja, além de inusitado (o fato de aceitar a denúncia) violaria preceitos constitucionais”, disse.

Para ele, a decisão é também arbitrária. “Os presos entram e saem de lá e dizem coisas que nem sempre condizem com a verdade. Presumo que é verdadeira. Não diria que (a decisão) foi infeliz, diria que foi desnecessário”

Interrogatório de Sérgio Cabral tem discussão entre ex-governador e juiz Marcelo Bretas

O interrogatório começou com discussão entre os dois. O ex-governador disse que o Ministério Público Federal (MPF) faz um teatro, que está sendo injustiçado e chegou a dizer que Bretas – através da denúncia – busca projeção pessoal. O magistrado rebateu.

“Eu estou sendo injustiçado. O senhor está encontrando em mim uma possibilidade de gerar uma projeção pessoal, e me fazendo um calvário, claramente”, reclamou o ex-governador.

Cabral resumiu a denúncia como “um roteiro mal feito de corta e cola”. Ele respondeu às primeiras perguntas sobre a denúncia de compra de joias com dinheiro de propina citando que o magistrado deve conhecer o assunto já que sua família tem negócios no ramo de bijuterias.

“Não me senti confortável com acusado dizendo que minha família trabalha com bijuteria. Pode ser entendido de alguma forma como ameaça. Não recebo isso com bons olhos. Se a ideia é criar algum tipo de suspeição, quero lembrar que a lei veda que acusado crie suspeição, isso é muito óbvio”, rebateu Bretas.

Cabral estava preso desde maio em Benfica

Sérgio Cabral foi transferido no dia 28 de maio para a cadeia pública José Frederico Marquês, nova unidade prisional construída em Benfica, na Zona Norte do Rio. A ala em que ele fica é destinada a presos com nível superior e casos de não pagamento de pensão alimentícia. São 146 presos no local.

Antes de ir para Benfica, o ex-governador estava em Bangu 8. Ele foi preso no dia 17 de novembro do ano passado, na operação batizada como Calicute, resultado da ação coordenada entre as forças-tarefa da Lava Jato do Rio e do Paraná.

O ex-governador foi alvo de dois mandados de prisão preventiva, um expedido pelo juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro, e outro pelo juiz Sérgio Moro, em Curitiba.

Fonte: G1.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br